

Dinheiro rápido depende de articulação no Senado

A rapidez na concessão de créditos para reformas e outros melhoramentos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro depende menos do Ministério da Justiça do que da capacidade de articulação política do Governador eleito Leonel Brizola junto ao Congresso, a julgar pelos dados disponíveis.

Apesar da crença manifestada recentemente por Brizola de que receberá as verbas logo após a posse, a questão é um pouco mais complexa. O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, esclarece que não mandou recados ao Governador eleito nem assumiu qualquer compromisso nesse sentido.

— E não o fiz, inclusive, porque não podia. O que cabe ao Ministério da Justiça na questão de concessão de financiamentos pelo Programa de Assistência ao Desenvolvimento Social é simplesmente dizer se o empréstimo representa algo desejável e necessário. E isto já foi feito — explica o Ministro.

Uma vez recebida a aprovação do Ministério da Justiça os empréstimos pelo FAS são encaminhados, sucessivamente, à Caixa Econômica, Banco Central, Conselho Monetário e ao Senado (Comissões de Justiça e Economia e plenário). Os quatro empréstimos destinados ao sistema penitenciário do Rio já saíram, com aprovação da órbita do Ministério. Dois estão no Senado e dois na Caixa Econômica.

Durante os últimos anos os pedidos de empréstimos dos Estados invariavelmente sofriam as consequências da obstinada obstrução do então Senador Dirceu Cardoso, do PMDB do Espírito Santo, empenhado numa batalha solitária contra o endividamento externo de todas as unidades da Federação.

Cardoso não se reelegeu e não se vislumbra entre os atuais senadores um novo cruzado contra o endividamento. Mas assim mesmo o Governador Brizola terá que se valer de muita persuasão e habilidade se quiser apressar a tramitação dos pedidos de empréstimo para o Estado, que dependem da aprovação do Senado, inclusive porque há uma fila de solicitações da mesma natureza aguardando decisão no plenário e nas comissões.

Na última legislatura o Estado que conseguiu mais rapidamente a aprovação de um pedido de empréstimo foi o Rio Grande do Sul, que mobilizou o prestígio e a influência de todos seus parlamentares do PDS, inclusive o então Presidente da Câmara, Nelson Marchezan. Mesmo assim foram necessários oito meses.

As dificuldades naturais que Brizola terá que enfrentar para vencer a burocracia legislativa acrescente-se a circunstância de que o PDT só dispõe de um representante no Senado.